19ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

2ª Sessão Legislativa

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXIX FLORIANÓPOLIS, 13 DE NOVEMBRO DE 2020 NÚMERO 7.743

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Líder: Paulinha
Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL
Líder: Ana Caroline Campagnolo

PARTIDO LIBERAL
Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Milton Hobus
Vice-Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:
PSD Kennedy Nunes
PDT Paulinha
PSDB Marcos Vieira
PSC Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO
Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR
Líder: Nazareno Martins
Vice-Líder: José Milton Scheffer
Lideranças dos Partidos que compõem o Bloco:
PP João Amin
PSB Nazareno Martins
REPUBLICANOS Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz – Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Volnei Weber – Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA
Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer – Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL
José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E ENERGIA
Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO
Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL
Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Marcius Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE
Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS
Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:
Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:
Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:
Responsável pela impressão.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX
NESTA EDIÇÃO: 12 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 083ª Sessão Ordinária realizada em 27/10/2020 2
Publicações Diversas
Atas de Comissão Mista..... 9
Portarias..... 10
Projetos de Lei 11
Tribunal Especial de Julgamento..... 12
Tribunal Especial de Julgamento Representação 0001.5/2020 12

P L E N Á R I O

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. Deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.
PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados

Senhoras Deputadas, senhores Deputados!

(Passa a ler)

"Encerrada a primeira fase do processo originário de Representação n. 0001.5, Processo de Impeachment n. 0754, na condição de Presidente desta Casa Legislativa, sinto-me no dever de tecer algumas considerações sobre o dito processo.

Quero iniciar por destacar o desempenho dos Deputados que compuseram o Tribunal Misto. Atuando fora de suas atividades da rotina parlamentar, os escolhidos tiveram desempenho elogiável; sem surpresas para os que, como eu, os conhece muito bem, mas surpreendente para os que não acompanham de perto as nossas atividades do cotidiano.

Num processo histórico, nossos representantes honraram as tradições do Parlamento do Estado de Santa Catarina, desempenhando com desenvoltura a missão que lhes foi confiada. A eles os nossos cumprimentos e o nosso reconhecimento.

Mantendo a equidistância recomendável pela ética e pelo bom senso, acompanhei a sessão da última sexta-feira pela cobertura da nossa TVAL, aliás, com desempenho também elogiável pelo profissionalismo ético e respeitoso.

E assim, não posso deixar de fazer, também, referência ao brilhante voto do eminente Desembargador Luiz Felipe Schuch. Um voto técnico, alicerçado em farta jurisprudência juntada ao voto, rigorosamente centrado no objeto do tema em discussão, Sua Excelência nos fez relembrar juízes que escreveram páginas memoráveis na história da Magistratura brasileira. Para citar apenas um, o Desembargador Schuch nos trouxe à lembrança o grande Ministro do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello, de cuja presença já se ressente a Suprema Corte brasileira com seus votos, verdadeiras aulas de Direito! O Ministro Celso de Mello é referência para todos aqueles que querem julgar com justiça.

O Desembargador, no seu voto, não perdeu tempo em discutir matéria vencida, respeitando, acerca do tema, a Súmula 339, do Supremo Tribunal Federal, que enuncia: 'NÃO cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimento de servidores públicos sob fundamento de isonomia'. Se há algo mais cristalino do que está na súmula, só pode estar localizado numa das mais famosas fontes de água do mundo, localizada no Tenessee.

Destaco do voto as folhas 6, onde o Desembargador assenta: 'o relatório elaborado pelo Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes, digno Relator, porque retratou com fidelidade os lances do presente processo de impeachment, não merece reparos'. E prossegue Sua Excelência às folhas 27 do seu voto: 'Também impõe reafirmar que o procedimento aplicado ao presente processo seguiu, até este ponto, como se viu, no caminho estabelecido pela Constituição Federal e, também, pela Constituição do Estado de Santa Catarina, assim como em observância às disposições da Lei 1.079 de 1950, com a filtragem constitucional realizada pelo Supremo Tribunal Federal, ao longo dos anos de redemocratização do nosso País, em diversos precedentes que se sucederam na melhor compreensão e formatação do sistema de responsabilização dos agentes políticos'. E aí ele enumera diversas decisões e explicita: 'A decisão referida do Excelso Pretório, na ADPF 740, cuja Relatora, a Ministra Rosa Weber, em

resposta à medida interposta pelo denunciado governador Carlos Moisés da Silva, confirma a adequação do procedimento deste impeachment em face do sistema normativo constitucional e infraconstitucional, garantindo, portanto, a lisura e transparência do processo deflagrado, cujo roteiro segue cautelosamente o disposto na Constituição e nas leis'.

Sua Excelência, nesta afirmação, mostra de forma cristalina, o olhar vigilante e desapaixonado, próprio dos homens de bem e rotina dos grandes julgadores. Queiram ou não as torcidas de quem é própria a paixão, esta é a realidade indiscutível da condução deste processo pelos 40 Deputadas e Deputados que compõem esta Augusta Assembleia Legislativa.

Abro um parêntese para destacar também a não menos elogiável participação dos servidores desta Casa. Tanto pela dedicação, quanto pela competência. Os homenageio na figura da Doutora Karula Trentin Lara, Procuradora da Assembleia Legislativa. Apenas para que todos tenham conhecimento, foram 14 recursos impetrados no TJ e no Supremo Tribunal Federal e, também, no STJ, recursos impetrados pelos denunciados, e o placar até aqui é de 14 x zero para a Assembleia Legislativa, numa prova cabal de que estamos trilhando o caminho certo, de que estamos agindo republicanamente, repito, gostem as torcidas ou não gostem, essa é a indiscutível realidade.

Prosseguiremos agindo desta maneira, sem nos servir do poder e sem colocá-lo a serviço de quem quer que seja. Somos, sim, servidores do Estado de Santa Catarina e da sua laboriosa gente. É o registro que eu gostaria de fazer, encerrada a primeira fase deste processo de impeachment."

Deputado Ismael dos Santos - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao sr. Deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Parabeniza a Presidência pela forma como tem conduzido todo esse processo, pela lisura, pela transparência e pela autoridade, e acima de tudo pela legitimidade.

Também, solicitando a permissão da senhor Presidente, e como membro da Comissão de Educação e Cultura da Casa, registra a publicação do livro Rute - A Vitória da Determinação, escrito pelo pastor Nirton dos Santos, seu falecido pai.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

****

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Relata que foi surpreendida pela votação e pela manifestação do líder do seu bloco, Deputado Sargento Lima, que, contrariando suas manifestações anteriores, ajudou a livrar a agora Governadora interina, Daniela Reinehr, do processo que julgava a questão do aumento dos procuradores.

Comenta que a sua visão a respeito do processo já foi exaustivamente esboçada num pronunciamento de 20 minutos, quando registrou o seu voto. Entretanto, espera que a Governadora realmente seja uma mulher de direita, conservadora e Bolsonarista.

Neste sentido, informa que seu gabinete protocolou ofício endereçado a Daniela Reinehr apresentando pautas que nos últimos dois anos foram negligenciadas pelo Governador atualmente afastado. Pede o apoio da Governadora em dois temas, projeto de lei para regulamentação da educação domiciliar, assim como no projeto que garante o direito à carteirinha estudantil gratuita em Santa Catarina.

Conclui, dizendo que a atual Governadora terá a oportunidade de mostrar que está alinhada às pautas do Governo Federal. [Taquigrafia: Roberto]

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Registra a importante fala da Deputada Ana Campagnolo, num momento em que está prestes a dar luz a um bebê, e mostrando que é uma mulher guerreira. Também solicita que haja um anexo na sua carta para pedir que a Governadora dê o aumento da Polícia Militar.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Aproveita o registro para desejar muita saúde à Catarina, que está chegando.

Na continuidade, concede a palavra ao próximo orador inscrito.

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Comunica oficialmente aos colegas Deputados que entregou a função de Líder do Governo, como um gesto de elegância e delicadeza à Governadora interina, para que ela possa conduzir as articulações políticas na Assembleia Legislativa.

Destaca as palavras do Presidente Julio Garcia, e diz que enxerga com clareza que cada um dos colegas Parlamentares deu o melhor de si pelo Estado. Afirma que, de modo algum, quis desrespeitar os Colegas, e se retrata com todos por palavras que tenha pronunciado durante o processo de impeachment.

Parabeniza a Governadora interina desejando lucidez, discernimento, sabedoria e também se coloca à disposição do Estado de Santa Catarina. impeachment. Destaca gesto de gratidão ao Governador Carlos Moisés, por ter permitido que ocupasse a honrosa função de Líder do Governo, que foi um momento de muito aprendizado.

Por fim, diz que o ano tem sido de muito crescimento, e demonstra gratidão ao povo catarinense que lhe permitiu a honrosa condição de ser Deputada estadual, em tempos tão difíceis, e pede a Deus que ilumine os trabalhos da Casa.

Deputado Altair Silva (Aparteante) - Parabeniza o trabalho da Deputada Paulinha, como líder do Governo, que o exerceu de forma harmônica, mesmo com posições divergentes e num dos momentos mais difíceis.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante) - Diz que a Deputada deu a volta por cima em tempos turbulentos, corroborando a fala do Deputado Altair. Solicita aos Colegas que se preocupem com temas relevantes do Poder Legislativo, pensando no crescimento do Estado.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Aplaude com admiração e respeito o trabalho da Líder do Governo, que foi destaque, citando que foi uma mulher de fibra, coragem e que trabalhou pelo que acreditava, mesmo havendo divergências. [Taquígrafa: Ana Maria]

****

Partidos Políticos

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Afirma que o Parlamento catarinense tem sido atacado gratuitamente por parte da imprensa e outros setores que defendem os seus interesses.

Diz que é testemunha da ação deste Parlamento quando se instalou no Estado um novo Governo, sem experiência e sem proposta, e cita os fatos ocorridos em 2019.

Lembra que, no ano de 2019, o novo Governo, chamado Governo técnico, recebeu desta Casa unanimidade de aprovação para fazer a reforma que desejava. Lembra que o Governo técnico seguiu, e nada foi feito, exceto algumas obras contratados do Governo anterior.

Afirma que até hoje não sabe qual é o Programa deste Governo, seja na Infraestrutura, Educação, Saúde ou Assistência Social. Comenta que a Assembleia Legislativa, neste período, teve que começar a consertar a falta de visão do Governo, e aqui as entidades empresariais aportaram em busca do diálogo.

Comenta sobre a nota oficial da Facisc, fazendo a leitura da mesma, mostrando-se contrariado com a mesma. Diz que vai oficiar a entidade por escrito para saber qual é a conversa não republicana que teve com alguém até hoje.

Ressalta o voto do Senhor Desembargador Luiz Felipe Schuch e a lisura do Parlamento em relação ao processo de impeachment.

Deputado Marcos Vieira (Aparteante) - Corrobora a fala do Deputado Milton, e afirma que é um membro da entidade que contesta uma nota da mesma. Concluindo, explica que as conversas republicanas acontecidas contaram com a presença de presidentes e representantes de prestigiadas entidades catarinenses. [Taquigrafia: Guilherme]

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA - Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Confessa que, quando leu a nota, não acreditou, ainda mais vindo do Presidente de uma entidade de respeito. Lamenta que um empresário defenda que se jogue embaixo do tapete as denúncias e não desejando que a verdade seja trazida à tona.

Diz que o Presidente da Facisc perdeu a oportunidade de continuar prestigiado perante os seus associados, pela demonstração de não ser favorável à apuração das irregularidades. Explica que os Deputados não poderiam ficar omissos a um Governo que estava na contramão do desejo do povo.

Lamenta esse posicionamento de um presidente de entidade que congrega um setor tão importante da economia catarinense.

Enaltece o trabalho do Parlamento, que representa a população catarinense, e não pode ser omisso ao desejo do povo, que quer transparência e seriedade na administração do recurso público.

Deputado Valdir Cobalchini - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Diz que quando leu a nota também não acreditou, considerando lamentável, e até imaginou que era fake news. Afirma que recebeu de vários presidentes de associações empresariais declarações de que não concordam com a manifestação. Parabeniza os Deputados Milton Hobus, Marcos Vieira, Maurício Eskudlark, sabendo que outros senhores Deputados apóiam as suas palavras. Diz que a Assembleia presenciou muitos momentos importantes em que as entidades encontraram guarida aqui nesta Casa, dentre as quais a Facisc. Considera que este senhor não merece o respeito, pois agiu desproporcionalmente à ação da Assembleia em favor de todas as entidades de Santa Catarina. [Taquígrafa: Sara]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá continuidade ao horário reservado aos

Partidos Políticos, concedendo a palavra ao próximo orador inscrito.

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Faz homenagem à Polícia Civil do Estado, pois está, permanentemente, entre os três Estados do País, com o maior número de resolutividade de crimes. Comenta que isso se deve ao trabalho dos profissionais da Segurança Pública, com a Polícia Militar atuando logo após a ocorrência do fato, e a Polícia Civil pegando crimes que aparentemente são insolúveis, e conseguem trazer o esclarecimento desses fatos.

Ressalta que Chapecó vem, há três anos, registrando 100% de resolutividade nos crimes de homicídios, que é por onde se mede a segurança pública em um País. Acrescenta que o número de homicídios é um dos fatores mais graves, em nível mundial, para demonstrar se o País é seguro ou não. Comenta que quando um Estado é seguro, os valores têm mais força e, em todos os sentidos, o cidadão é beneficiado.

Menciona que foi criada, em Florianópolis, a Delegacia de Homicídios, em 2007, e foi convidado o doutor Ênio para ser o titular. Informa que a capital tem os maiores índices de resolutividade dentre as capitais do país.

Registra uma notícia que está em destaque: "Santa Catarina está entre os três estados que mais esclarecem homicídios no País." Informa que o primeiro colocado é o Distrito Federal, e o segundo é Mato Grosso do Sul, onde, na sua maioria, os crimes são relacionados a problemas fundiários, e tráfico de drogas, que é um dos crimes mais difíceis de investigar.

Acrescenta que Santa Catarina que já é próspera, tem uma população de bem que ajuda no combate à criminalidade e tem uma polícia que resolve os delitos.

Afirma que, pelo terceiro ano consecutivo, o Estado catarinense aparece entre os com melhores desempenhos, de acordo com a pesquisa 'Onde Mora a Impunidade', do Instituto Sou da Paz, divulgada no fim de setembro do atual ano. E mostra que a Polícia Civil está entre as três melhores do País quando o tema é a resolução de crimes contra a vida.

Acrescenta que é importante investigar, desde os pequenos delitos, até os crimes graves, o tráfico de drogas, a corrupção, e precisa haver um combate acentuado, também aos crimes de violência contra a mulher, contra a família.

Parabeniza a Polícia Civil de Santa Catarina, todos os seus agentes, investigadores, escrivães e delegados. Destaca o reconhecimento da Assembleia Legislativa pelo trabalho que fazem, mesmo com um efetivo bastante defasado, com apenas 50% do que deveria ter, mas mesmo assim respondendo aos anseios da sociedade. [Taquígrafa: Eliana]

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Em relação ao impeachment do Governador Carlos Moisés, afirma que é necessário virar a página e pensar no desenvolvimento de Santa Catarina. Comenta que o Governo do Estado tem a responsabilidade, sem a necessidade de expender recursos do Tesouro, do caixa, de alavancar a economia do Estado.

Atenta aos demais Parlamentares sobre a necessidade de debater a pauta do desenvolvimento econômico, e comenta que há burocracia travando licenças ambientais, prejudicando a viabilização de inúmeros empreendimentos e o investimento de R$ 40 bilhões.

Comenta que o Código Ambiental de Santa Catarina trouxe a possibilidade da Licença Ambiental por Compromisso-LAC. Relata que há uma reivindicação para que o Instituto do Meio Ambiente institua a LAC, diminuindo a burocracia e agilizando licenças ambientais.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Realça a importância do assunto trazido pelo Deputado Cobalchini. Lamenta que existam grandes projetos com pedidos de licenciamento atrasados há um ano.

Deputado Mauro de Nadal (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo assunto abortado. Cita que a missão de um Parlamentar é facilitar a vida do cidadão e propiciar oportunidades para o Estado se desenvolver. Comenta sobre a morosidade da máquina pública, e traz o exemplo de uma empresa do município de Maravilha que precisou aguardar um ano e meio para executar uma ampliação no espaço físico da empresa. [Taquigrafia: Northon]

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Inicia corroborando com a pontual manifestação do deputado Valdir Cobalchini.

Afirma que é um absurdo o Estado ter PIB represado, esperando licença ambiental, parado por conta de burocracia.

Diz que vive-se um faz de conta no Brasil e em Santa Catarina, pois além de não haver preservação, também não há desenvolvimento, nem incentivo ao empreendedorismo.

Conclui, criticando o ponto facultativo, que prejudica o setor produtivo, pois esse mantém sua atividade enquanto os departamentos públicos estão parados.

Deputado Laércio Schuster (Aparteante) - Declara apoio, afirmando que é contra a existência do ponto facultativo, justificando que, além de prejudicar o setor produtivo, não contribui com o crescimento e desenvolvimento dos Estados e Municípios. [Taquigrafia: Roberto]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Encerra o horário destinado aos Partidos Políticos.

A Presidência comunica que suspenderá a sessão para iniciar a Ordem do Dia, às 16h, e informa que a primeira matéria da pauta será a deliberação sobre a comissão a ser formada para representar a Assembleia no pedido de impeachment, chamado dos respiradores.

Então, solicita a presença de todos às 16h para que se possa deliberar na forma da legislação e do Regimento Interno.

Está suspensa a sessão até às 16h.

****

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência reabre a sessão, e conforme anunciado passamos ao rito para a votação da escolha dos 5(cinco) membros da Alesc para compor o Tribunal Especial, previsto no art. 78, § 3º, da Lei Federal n. 1.079, de 1950.

(Passa ler.)

"CONSIDERANDO o Decreto Legislativo de n. 18.338, de 22 de outubro de 2020, que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, Carlos Moisés da Silva, Representação n. 002.6/2020;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que 'Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento' naquilo que foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Súmula Vinculante n. 46, e na ADPF n. 378 quanto à aplicação da Lei Federal n. 1.079, de 1950;

CONSIDERANDO o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal na RCL n. 42.861, quanto à aplicação da ADPF n. 378, e a Lei Federal n. 1.079, de 1950, para o impeachment de Governador;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade de n. 5.895, do Estado de Roraima; e, ainda,

CONSIDERANDO o disposto no art. 11 do Ato da Mesa n. 221, de 24 de julho de 2020, que 'Regulamenta o procedimento de admissibilidade de denúncia por crime de responsabilidade',

RESOLVE:"

Com amparo nas normas citadas, esta Presidência informa que:

(Continua lendo.)

"A escolha dos 5(cinco) membros da Assembleia Legislativa de Santa Catarina para compor o Tribunal Especial previsto no art. 78, § 3º, da Lei n. 1.079, de 10 de abril de 1950, dar-se-á por eleição e votação aberta entre todos os Deputados, por meio de chamada nominal, em que cada Parlamentar poderá votar em (5)cinco nomes.

A chamada nominal para votação deverá iniciar pelo partido com maior bancada, pelo seu Líder e, em seguida, pelos demais Deputados integrantes por ordem alfabética e, assim sucessivamente, até o partido com menor bancada.

As vagas do Tribunal Especial serão preenchidas pelos 5(cinco) Deputados mais votados.

No caso de empate, a eleição será repetida para as vagas remanescentes, às quais concorrerão os Deputados que obtiveram o mesmo número de votos."

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado Laércio Schuster, para proceder à chamada dos srs. Deputados, conforme norma já citada. Iniciaremos com a bancada do MDB.

Tem a palavra o Primeiro-Secretário da Mesa, Deputado Laércio Schuster.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Faz solicitação aos nobres Pares, pelo fato de ser Relator do outro processo, que não seja indicado o seu nome para participar desse segundo impedimento.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Registra sua leve desconfiança de que o Deputado não será indicado. Leve desconfiança.

Tem a palavra o Deputado Laércio Schuster, Primeiro-Secretário.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, vamos iniciar a nossa votação pelas bancadas partidárias, e a primeira é a do MDB.

Como vota o Líder, Deputado Luiz Fernando Vampiro?

Eu gostaria, nobre Deputado, que nós pudéssemos fazer a votação de uma maneira mais pausada, por favor.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Perfeito Senhor Primeiro-Secretário. Voto no relator Deputado Valdir Cobalchini, no amigo Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e, em v.exa., Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder, Deputado Luiz

Fernando Vampiro vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Agora, como vota a sra. Deputada Ada De Luca?

DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa tarde, sr. Presidente e Colegas.

Voto no Deputado José Milton Scheffer, Deputado Laércio Schuster, Deputado Valdir Cobalchini para Relator, Deputado Marcos Vieira e Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - A Deputada Ada De Luca vota no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Marcos Vieira e no Deputado Fabiano da Luz.

Deputado Ivan Naatz - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - "Sr. Presidente, srs. Deputados, considerando que atuei na CPI dos Respiradores como Relator, e preparei o voto pela evidência participação do Governador Carlos Moisés na questão dos respiradores, eu gostaria de não ser votado pelo pré-julgamento que tenho".

Muito obrigado.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Feito o requerimento de v.exa. e será considerado.

Continuamos a votação Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Como vota a sra. Deputada Dirce Heiderscheidt?

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Boa tarde, sr. Presidente e todos colegas Deputados.

Eu voto para Relator no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Colegas Deputados, neste momento, apenas serão as votações nominais, não temos voto ainda para Relator.

Então, a sra. Deputada Dirce Heiderscheidt vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Jerry Comper?

DEPUTADO JERRY COMPER - Voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer e v.exa., Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Jerry Comper vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Mauro de Nadal?

DEPUTADO MAURO DE NADAL - Seguindo o Líder, sr. Secretário.

Voto no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Mauro de Nadal segue o Líder, Luiz Fernando Vampiro, e vota no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Moacir Sopelsa?

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Secretário, voto no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e em v.exa., Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Moacir Sopelsa vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Romildo Titon?

DEPUTADO ROMILDO TITON - Eu voto, igualzito os meus companheiros de bancada. No Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Romildo Titon vota igualzito a sua bancada, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Valdir Cobalchini?

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - Voto com o meu Líder, Deputado Luiz Fernando Vampiro. Voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado Laércio Schuster, Deputado José Milton Scheffer e, este Deputado, Valdir Cobalchini.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Valdir Cobalchini vota conforme seu Líder. Vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Valdir Cobalchini.

Como vota o sr. Deputado Volnei Weber?

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Boa tarde, sr. Presidente e sr. Secretário. Voto no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Volnei Weber vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Agora, a votação é pela bancada do PSL.

Como vota o Líder, Deputado Sargento Lima?

(Pausa)

Como vota o Líder, Deputado Sargento Lima?

(Pausa)

Como vota o Líder, Deputado Sargento Lima?

(Pausa)

Como vota a sra. Deputada Ana Campagnolo?

(Pausa)

Como vota a sra. Deputada Ana Campagnolo?

(Pausa)

Como vota o sr. Deputado Coronel Mocellin?

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, v.exa. Deputado Laércio Schuster, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Coronel Mocellin vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Marcos Vieira.

Como vota o sr. Deputado Felipe Estevão?

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - Voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Felipe Estevão vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Laércio Schuster e no Deputado José Milton Scheffer.

Como vota o sr. Deputado Jessé Lopes?

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Eu voto no Deputado Bruno Souza, Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Laércio Schuster, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Jessé Lopes vota no Deputado Bruno Souza, no Deputado Moacir Sopelsa, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Maurício Eskudlark.

Como vota o sr. Deputado Ricardo Alba?

DEPUTADO RICARDO ALBA - Voto no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Coronel Mocellin, Deputado Dr. Vicente Caropreso, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Ricardo Alba vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Coronel Mocellin, no Deputado Dr. Vicente Caropreso, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Moacir Sopelsa.

Agora, pela bancada do PSD.

Como vota o Líder, sr. Deputado Kennedy Nunes?

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, eu voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Laércio Schuster, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado Kennedy Nunes vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Marcos Vieira.

Como vota o sr. Deputado Ismael dos Santos?

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. Presidente, seguindo a liderança, voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Laércio Schuster, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Ismael dos Santos segue a liderança, vota no Deputado Fabiano da Luz, o Deputado Laércio Schuster, o Deputado Valdir Cobalchini, o Deputado José Milton Scheffer e o Deputado Marcos Vieira.

Como vota a sra. Deputada Marlene Fengler?

DEPUTADA MARLENE FENGLER - O meu voto é no Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - A sra. Deputada Marlene Fengler vota no Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e Deputado Fabiano da Luz.

Como vota o sr. Deputado Milton Hobus?

DEPUTADO MILTON HOBUS - O PSD vota unido.

Voto no Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Milton Hobus vota no Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Como vota o Deputado e Presidente Julio Garcia?

DEPUTADO JULIO GARCIA - Voto pela abstenção, sr. Secretário.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Deputado e Presidente Julio Garcia vota pela abstenção.

Agora a bancada do PL.

Começando pelo Líder, sr. Deputado Ivan Naatz, como vota?

DEPUTADO IVAN NAATZ - Voto em v.exa. Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O grande Líder, Deputado Ivan Naatz vota no Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Valdir Cobalchini.

Como vota o sr. Deputado Carlos Humberto?

DEPUTADO CARLOS HUMBERTO - O meu voto é no Deputado Laércio Schuster, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz e Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Carlos Humberto vota no Deputado Laércio Schuster, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Fabiano da Luz e no Deputado Valdir Cobalchini.

Como vota o sr. Deputado Marcius Machado?

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - Sr. Secretário, eu voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Luiz Fernando Vampiro, Deputado Marcos Vieira e Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Marcius Machado vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Luiz Fernando Vampiro, no Deputado Marcos Vieira e no Deputado José Milton Scheffer.

Como vota o sr. Deputado Maurício Eskudlark?

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. Presidente, eu só queria fazer um pequeno esclarecimento e, sr. Secretário, com a liberdade, a população, às vezes, fica acompanhando essa coincidência de votos e eu, também, entendia que o nosso Líder, Deputado Ivan Naatz, agora deveria participar dessa comissão, assim como o Deputado Jessé Lopes. Mas, esta Casa, discute muito antes e daí prevalece a vontade da maioria, então para quem está assistindo entender. Então, eu votaria no Deputado Ivan Naatz e Deputado Jessé Lopes, mas vou cumprir aquilo que a maioria decidiu e que eu acompanho.

Voto no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado Laércio Schuster e Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Maurício Eskudlark vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Laércio Schuster e no Deputado José Milton Scheffer.

Agora, a bancada do PT.

Começando pelo líder, o sr. Deputado Fabiano da Luz?

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Boa tarde a todos. Voto no Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado Coronel Mocellin.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e Deputado Fabiano da Luz vota no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Coronel Mocellin.

Como vota a sra. Deputada Luciane Carminatti?

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar a todos os colegas Deputados e Deputadas. Os meus votos são para o Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - A sra. Deputada Luciane Carminatti vota no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado José Milton Scheffer.

Como vota o sr. Deputado Neodi Saretta?

DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Secretário, eu voto no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini e, em v.exa., Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Neodi Saretta vota no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Laércio Schuster.

Como vota o sr. Deputado Padre Pedro Baldissera?

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. Secretário, srs. Deputados e Deputadas, o meu voto é no Deputado José Milton Scheffer, Deputado Marcos Vieira, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster e, meu Líder, Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Padre Pedro Baldissera vota no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Laércio Schuster e, no seu Líder, Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Agora a votação é pelo Partido Progressista.

Como vota o Líder e sr. Deputado João Amin? DEPUTADO JOÃO AMIN - O meu voto é no Deputado Altair Silva, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado João Amin vota no Deputado Altair Silva, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Moacir Sopelsa e no Deputado Bruno Souza.

Como vota o sr. Deputado Altair Silva?

DEPUTADO ALTAIR SILVA - O meu voto é no Deputado Marcos Vieira, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amin e Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Altair Silva vota no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado João Amin e no Deputado José Milton Scheffer.

Como vota o sr. Deputado José Milton Scheffer?

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Sr. Secretário, eu voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado Altair Silva.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado José Milton Scheffer vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Altair Silva.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Agora, a bancada do PSB.

Como vota o Líder e sr. Deputado Nazareno Martins?

(Pausa)

Como vota o Líder e sr. Deputado Nazareno Martins?

(Pausa)

O sr. Deputado Nazareno Martins não está nesse momento.

Deputado Moacir Sopelsa - Informo, não com alegria, que o Deputado Nazareno Martins está hospitalizado pelas informações que tenho.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Como vota o sr. Deputado Laércio Schuster?

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Deputado Laércio Schuster vota no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

Agora, pela bancada do PSDB.

Como vota o Líder e sr. Deputado Marcos Vieira?

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. Secretário, quero agradecer o Deputado Dr. Vicente Caropreso, que solicitou que eu representasse o PSDB na comissão. E, também, sr. Presidente, me solicitou ele que votasse nos nomes em que a maioria está votando.

Então, portanto, o voto do PSDB é no Deputado Laércio Schuster, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini e Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado Marcos Vieira vota no Deputado Laércio Schuster, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini e Deputado Marcos Vieira.

Como vota o sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso?

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - Boa tarde a todos. Eu voto no Deputado Marcos Vieira, Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O sr. Deputado Dr. Vicente Caropreso vota no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Laércio Schuster.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Agora, a bancada do Partido Novo.

Como vota o Líder e sr. Deputado Bruno Souza?

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Sr. Presidente, sr. Secretário Deputado Laércio Schuster, eu voto no Deputado Jessé Lopes, no Deputado João Amin, no Deputado Coronel Mocellin; e para não falarem que eu sou do contra, voto no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado Bruno Souza vota no Deputado Jessé Lopes, no Deputado João Amin, no Deputado Coronel Mocellin, no Deputado Valdir Cobalchini e no Deputado Fabiano da Luz.

Como vota, agora, o PCdoB, o Líder, sr. Deputado Cesar Valduga?

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Para a composição do Tribunal Especial eu voto no Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Laércio Schuster, Deputado Marcos Vieira, Deputado José Milton Scheffer e Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado Cesar Valduga vota no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Marcos Vieira, no Deputado José Milton Scheffer e no Deputado Fabiano da Luz.

Como vota a Líder e sra. Deputada Paulinha, do PDT?

DEPUTADA PAULINHA - Sr. Presidente, nobres Colegas. Eu voto, também, em comum acordo com a Casa, em v.exa. Deputado Laércio Schuster; no Deputado Marcos Vieira, a pedido do Deputado Dr. Vicente Caropreso e por ele próprio pela sua condição pessoal de nos representar nessa missão; voto também no Deputado Fabiano da Luz; no meu querido amigo Deputado Valdir Cobalchini e, por fim, voto no Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - A Líder e sra. Deputada Paulinha vota no Deputado Laércio Schuster, vota no Deputado Marcos Vieira, vota no Deputado Fabiano da Luz, e vota no seu amigo querido, Deputado Valdir Cobalchini; e vota no Deputado José Milton Scheffer.

Agora, como vota o Líder do PSC, o sr. Deputado Jair Miotto?

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Sr. Secretário, voto em v.exa., Deputado Laércio Schuster; voto no relator de outrora, do processo que fora encaminhado, Deputado Valdir Cobalchini; no Deputado José Milton Scheffer; no Deputado Marcos Vieira e no Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder do PSC, sr. Deputado Jair Miotto, vota no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Marcos Vieira e no Deputado Fabiano da Luz.

Agora, o grande Líder, 'Pedra 90' dos Republicanos, como vota o sr. Deputado Sergio Motta?

DEPUTADO SERGIO MOTTA - Eu voto no Deputado Fabiano da Luz, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado José Milton Scheffer, em v.exa. Deputado Laércio Schuster, e no nobre Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - O Líder e sr. Deputado Sergio Motta vota no Deputado Fabiano da Luz, no Deputado Valdir Cobalchini, no Deputado José Milton Scheffer, no Deputado Laércio Schuster e no Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - Sr. Presidente, eu vou fazer novamente o chamamento de dois Líderes do PSL.

O primeiro, como vota o Líder, novamente, Deputado Sargento Lima?

(Pausa)

Como vota o Líder, Deputado Sargento Lima?

(Pausa)

Como vota a sra. Deputada Ana Campagnolo?

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Boa tarde, novamente, sr. Secretário. A informação que temos é que o Deputado Sargento Lima está na BR e não consegue votar. E peço desculpa pela ausência anterior.

Quero que registre os meus votos, primeiramente no Deputado Marcos Vieira; também no senhor, Deputado Laércio Schuster; no Deputado Jessé Lopes; no Deputado Bruno Souza e no meu colega relator, Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro-Secretário) - A sra. Deputada Ana Campagnolo vota no Deputado Marcos Vieira, no Deputado Laércio Schuster, no Deputado Jessé Lopes, no Deputado Bruno Souza e no Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comunica que o Deputado Sargento Lima escreve no grupo que está com sinal, como disse a Deputada, e ele diz que vota "sim".

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Fica registrada a dificuldade que o Deputado Sargento Lima teve para votar.

Está encerrada a votação. Colhemos o resultado.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Foram votados e escolhidos para compor a comissão: Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, Deputado José Milton Scheffer, Deputado Marcos Vieira e Deputado Laércio Schuster.

Essa será a comissão.

Está encerrada a votação deste processo.

Vamos passar aos demais itens da pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário aos Projetos de Lei n.s: 0308/2018 e 0429/2019.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00488/2020, que dispõe sobre o veto parcial ao PL n. 345/19, de autoria do Deputado Fernando Krelling, que altera a Lei nº 10.361, de 1997, que "Disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico desportivo-recreativas e adota outras providências", para facultar a contratação de responsável técnico substituto.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela manutenção do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminharam votação pela manutenção do veto os srs. Deputados: Bruno Souza e Paulinha.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA
DEPUTADO ALTAIR SILVA sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO sim
DEPUTADO BRUNO SOUZA sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN sim
DEPUTADO DIRCE HEIDERSCHEIDT
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO
DEPUTADO FABIANO DA LUZ sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS não
DEPUTADO IVAN NAATZ sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO sim
DEPUTADO JERRY COMPER sim
DEPUTADO JESSÉ LOPES sim
DEPUTADO JOÃO AMIN não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO
DEPUTADO MARCIUS MACHADO sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA não
DEPUTADA MARLENE FENGLER
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL não
DEPUTADO MILTON HOBUS não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NAZARENO MARTINS
DEPUTADO NEODI SARETTA sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim
DEPUTADA PAULINHA sim
DEPUTADO RICARDO ALBA sim
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA
DEPUTADO SERGIO MOTTA
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as) Ada Faraco De Luca, Cesar Valduga, Dirce Heiderscheidt, Doutor Vicente Caropreso, Felipe Estevão e Marlene Fengler pela manutenção do veto, e do Deputado Moacir Sopelsa pela rejeição do veto, ainda o Presidente considerou as retificações de voto dos Deputados Altair Silva, Jair Miotto e Maurício Eskudlark, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 33 votos, sendo 22 "sim", 11 "não" e nenhuma abstenção.)

Votaram 33 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim", 11 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00502/2020, que dispõe sobre o veto parcial ao PL n. 219/20, de autoria da Deputada Paulinha, que "Dispõe sobre a transferência de recursos da União para o auxílio financeiro dos Hospitais Filantrópicos e Clínicas de Hemodiálise devidamente contratualizadas com o Sistema Único de Saúde(SUS) que forem repassados aos Gestores Estadual e Municipal para enfrentamento e combate à COVID-19".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminharam votação pela manutenção do veto os srs. Deputados: Bruno Souza e Deputada Paulinha.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA sim
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO
DEPUTADO BRUNO SOUZA sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO sim
DEPUTADO CESAR VALDUGA
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN sim
DEPUTADO DIRCE HEIDERSCHEIDT
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ sim
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO IVAN NAATZ não
DEPUTADO JAIR MIOTTO sim
DEPUTADO JERRY COMPER
DEPUTADO JESSÉ LOPES sim
DEPUTADO JOÃO AMIN não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim
DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO
DEPUTADO MARCIUS MACHADO
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADA MARLENE FENGLER sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não
DEPUTADO MAURO DE NADAL sim
DEPUTADO MILTON HOBUS não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NAZARENO MARTINS
DEPUTADO NEODI SARETTA não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA abst
DEPUTADA PAULINHA sim
DEPUTADO RICARDO ALBA
DEPUTADO ROMILDO TITON sim
DEPUTADO SARGENTO LIMA
DEPUTADO SERGIO MOTTA
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as) Ana Campagnolo, Cesar Valduga, Dirce Heiderscheidt, Felipe Estevão, Marcius Machado, Moacir Sopelsa, Ricardo Alba e Volnei Weber favoráveis à manutenção do veto, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 31 votos, sendo 24 "sim", seis "não" e uma abstenção.)

Votaram 31 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", seis votos "não" e uma abstenção.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 00521/2020, que dispõe sobre o veto total ao PL/163/20, de autoria do Deputado Milton Hobus, que "Acrescenta art. 23-A a Lei nº 16.673, de 2015, que 'Cria a Agência de Regulação de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC) e estabelece outras providências', para vedar reajuste tarifário durante a vigência de estado de defesa ou calamidade".

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto em Plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

O sr. Deputado Milton Hobus encaminhou votação pela derrubada do veto, bem como a sra. Deputada Paulinha.

Os srs. deputados que votarem "sim" mantêm o veto e os que votarem "não" derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA não
DEPUTADO ALTAIR SILVA não
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO não
DEPUTADO BRUNO SOUZA não
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO não
DEPUTADO CESAR VALDUGA
DEPUTADO CORONEL MOCELLIN não
DEPUTADO DIRCE HEIDERSCHEIDT
DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO
DEPUTADO FABIANO DA LUZ não
DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS
DEPUTADO IVAN NAATZ
DEPUTADO JAIR MIOTTO não
DEPUTADO JERRY COMPER
DEPUTADO JESSÉ LOPES sim
DEPUTADO JOÃO AMIN não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER não
DEPUTADO JULIO GARCIA
DEPUTADO KENNEDY NUNES não
DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER não
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI
DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO
DEPUTADO MARCIUS MACHADO não
DEPUTADO MARCOS VIEIRA
DEPUTADA MARLENE FENGLER não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK não
DEPUTADO MAURO DE NADAL não
DEPUTADO MILTON HOBUS não
DEPUTADO MOACIR SOPELSA
DEPUTADO NAZARENO MARTINS
DEPUTADO NEODI SARETTA não
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA não
DEPUTADA PAULINHA não
DEPUTADO RICARDO ALBA não
DEPUTADO ROMILDO TITON não
DEPUTADO SARGENTO LIMA
DEPUTADO SERGIO MOTTA
DEPUTADO VALDIR COBALCHINI não
DEPUTADO VOLNEI WEBER

Está encerrada a votação.

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as) Cesar Valduga, Dirce Heiderscheidt, Doutor Vicente Caropreso, Felipe Estevão, Marcos Vieira, Moacir Sopelsa, e Volnei Weber pela rejeição do veto, ainda o presidente considerou a retificação de voto do Deputado Bruno Souza, fora do sistema eletrônico de votação. Totalizando assim 31 votos, sendo dois "sim", 29 "não" e nenhuma abstenção.)

Votaram 31 srs. deputados.

Temos dois votos "sim", 29 votos "não" e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0138/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, que suspende as metas, relativas a isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais, constantes de atos concessivos outorgados com base no art. 2º da Lei Complementar nº 541, de 2011, e no art. 3º do Decreto nº 418, de 2011, bem como nas Leis nº 17.763, de 2019, e 17.878, de 2019.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Encaminhou votação o sr. Deputado Milton Hobus discorrendo sobre o teor da matéria e solicitando aos nobres Colegas que a aprovem.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0263/2020, de autoria do Governador do Estado, que denomina 3º Sargento PM RR Marcos Joel Niues Luiz a 1ª Companhia do 10º Batalhão de Polícia Militar, com sede no Município de Blumenau.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0335/2020, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que altera o Anexo Único referente ao Município de Peritiba, da Lei nº 16.733, de 2015, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Associação Beneficente Hospitalar Peritiba, para Associação Beneficente Hospitalar São Camilo - Peritiba.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado com os votos contrários dos srs. Deputados Jessé Lopes e Bruno Souza.

Moção n. 0493/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, cumprimentando o Diretor-Presidente do Grupo Têxtil Oeste pela passagem dos 50 anos de fundação da Indústria Têxtil Oeste Ltda., sediada no Município de Mondaí.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Altair Silva.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0499/2020, de autoria de diversas Lideranças Partidárias, manifestando repúdio ao ato praticado pelo cinegrafista Fabiano Souza, que na noite do dia 23 de outubro, transgredindo o direito à inviolabilidade da intimidade, do sigilo de correspondência, dos dados e comunicações telefônicas, resguardados pela Constituição Federal, capturou fotos de mensagens privadas de WhatsApp trocadas entre o Deputado Estadual Kennedy Nunes e seus familiares, no celular privado do Parlamentar, assim como repudia a rede NSC de Televisão pela divulgação do referido conteúdo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1451/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Presidente da Celesc, informações acerca de gratificação especial a todos os diretores da Celesc.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Jair Miotto.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerim entos n.s: 1452/2020, 1453/2020 e 1454/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1455/2020 e 1456/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa; e 1457/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti.

A Presidência comunica, ainda, que será enviada ao destinatário, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, a Indicação n. 2060/2020, de autoria do Deputado Cesar Valduga.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa: Sílvia]

Deputada Paulinha - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra à Deputada Paulinha.

DEPUTADA PAULINHA - Comenta o Twitter do jornalista Rafael Faraco, em que diz: "A Polícia Federal, em Brasília, concluiu relatório sobre a compra dos respiradores e inocenta Carlos Moisés".

Acrescenta que apenas traz a informação que acabou de ser compartilhada.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Feito o comunicado, e não havendo oradores inscritos no horário destinado à Explicação Pessoal, a Presidência antes de encerrar a sessão, convoca outra, ordinária, para quinta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

Muito obrigado sras. Deputadas e srs. Deputados.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Silvia/Northon]

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

ATAS DE COMISSÃO MISTA

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO MISTA PARA APRECIAR E ANALISAR A INDENIZAÇÃO POR REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO ATIVO - IRESA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas, nos termos do art. 37 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 019-DL de 2020, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência os membros da Comissão: Deputado Maurício Eskudlark, Deputado Sargento Lima, Deputado Marcius Machado, Deputada Luciane Carminatti e Deputada Paulinha. Também esteve presente o Deputado Jessé Lopes. Foram abertos os trabalhos de instalação da Comissão Mista para apreciar e analisar a Indenização por Regime de Serviço Público Ativo - IRESA, sob a presidência do Deputado Maurício Eskudlark, por ser o parlamentar com o maior número de legislaturas, referente a 2ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Ato contínuo abriu as inscrições para o cargo de Presidente, Vice-Presidente e Relator da Comissão, sendo indicados os nomes do Deputado Sargento Lima para Presidente, do Deputado Maurício Eskudlark para Vice-Presidente e da Deputada Luciane Carminatti para Relatora, que, colocados em votação, foram eleitos por unanimidade. Após a eleição, o Deputado Sargento Lima assumiu a Presidência dos trabalhos, agradeceu aos senhores Deputados e aproveitou para agradecer a presença do senhor Coronel Sérgio Luís Sell, Presidente da ACORS - Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina e do senhor João Carlos Pawlik, Presidente da APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina. Na sequência o Presidente explicou que a Comissão terá um prazo de 60 dias de trabalho, mas a intenção do colegiado é concluir os trabalhos o quanto antes, tendo como objetivo a defesa de um projeto construído conjuntamente com o Executivo, que defenda não somente o interesse de uma categoria, mas os anseios da sociedade catarinense. A Deputada Luciane Carminatti falou da importância da comissão na defesa de um projeto que venha atender as expectativas da sociedade e dos servidores. Já o Deputado Marcius Machado enalteceu o trabalho realizado pelos servidores da segurança pública e afirmou que a Iresa é um direito da categoria. Na sequência a Deputada Paulinha informou que participou de uma reunião com o Governador do Estado para tratar da Iresa, gratificação percebida pelos policiais civis que deixa de figurar no contracheque a partir da aposentadoria, segunda ela, é uma discussão que precisa ser feita e que vai auxiliar o governo na construção efetiva de soluções para problemas que definiu como crônicos. O Deputado Maurício Eskudlark, que também esteve reunido com o Governador, com o Secretário de Administração, Jorge Eduardo Tasca, e com o Chefe da Casa Civil, Juliano Chiodelli, explicou que a comissão foi criada para discutir uma questão em debate após o Supremo Tribunal Federal (STF) sinalizar que a Indenização por Regime Especial de Trabalho da Polícia Civil (IRETPC), equivalente ao Iresa para policiais civis, é inconstitucional. Ele lembrou que a Alesc aprovou no dia vinte e seis de agosto um Projeto de Lei que torna o pagamento legal. De acordo com o parlamentar, se não o fizessem, os policiais civis perderiam 19,25% dos ganhos, mesmo percentual aplicado aos militares. Em seguida, os deputados definiram que a primeira reunião da comissão será na próxima quarta-feira, dia dezesseis de setembro às dezessete horas, por videoconferência e presencial, quando será definido o cronograma dos trabalhos, com a presença do secretário de Estado de Administração, Jorge Eduardo Tasca. Nada mais havendo a tratar o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de instalação. E para constar, eu, Lívia Rodrigues Vicentin Espíndola, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e Deputados membros e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Deputado Maurício Eskudlark
Presidente da Reunião e Vice-Presidente Eleito
Deputado Sargento Lima
Presidente Eleito
Deputada Luciane Carminatti
Relatora Eleita
Deputado Marcius Machado
Membro
Deputada Paulinha
Membro

——— * * * ———

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MISTA PARA APRECIAR E ANALISAR A INDENIZAÇÃO POR REGIME DE SERVIÇO PÚBLICO ATIVO - IRESA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às dezessete horas, nos termos do art. 37 do Regimento Interno e de acordo com o Ato da Presidência nº 019-DL de 2020, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e por videoconferência, sob a Presidência do Deputado Sargento Lima, os membros da Comissão: Deputada Luciane Carminatti e Deputado Maurício Eskudlark. O Deputado Marcius Machado comunicou sua ausência através do Ofício nº 098/2020. Dando início à reunião, o senhor Presidente registrou a presença do senhor Luiz Antônio Dacol, Secretário de Estado da Administração, do senhor Décio Augusto Vargas, Consultor Executivo de Negociações e Relações do Trabalho da Secretaria de Estado da Administração, do senhor Coronel Sérgio Luís Sell, Presidente da ACORS - Associação de Oficiais Militares de Santa Catarina, do senhor João Carlos Pawlik, Presidente da APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina e da senhora Coronel Claudete Lehmkuhl, Presidente da ABVO - Associação Barriga Verde dos Oficiais Militares Estaduais. Ato contínuo submeteu à apreciação dos pares a Ata da Reunião de Instalação da 2ª Segunda Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou a palavra ao Secretário de Estado de Administração, Luiz Antônio Dacol, que destacou que representa o Executivo para propor soluções para a situação remuneratória, mais precisamente a incorporação da indenização, que já vinha sendo discutida com as categorias da Segurança Pública desde o ano passado. Ato contínuo informou que depois de firmado acordo, após muito trabalho, do ano passado até fevereiro deste ano, o processo foi interrompido pela pandemia e ressaltou, ainda, que há demandas judiciais que precisam ser atendidas para resolver definitivamente este problema. Com a palavra o senhor Presidente comunicou o recebimento de um Requerimento, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, para a realização de uma Audiência Pública com a categoria, que foi colocado em discussão. Com a palavra a Deputada Luciane Carminatti ressaltou que a categoria precisa ser ouvida para avançar no debate da necessidade de incorporação da IRESA, de modo que não haja perdas para os Policiais Militares e Bombeiros Militares e que, na condição de relatora, considera fundamental a realização de uma Audiência Pública, dentro das normas da ALESC, para que seja feito um relatório condizente com o acúmulo do Governo, pedindo apoio aos colegas para a aprovação da realização da Audiência. Seguindo a discussão, o Deputado Maurício Eskudlark declarou apoio ao requerimento da Deputada, destacou que é necessário encontrar uma solução em conjunto, e, ainda, esclareceu que esta Comissão trata da incorporação dos valores da IRESA aos profissionais da Segurança Pública, sendo que a questão da defasagem de reposição salarial deve ser tratada em um segundo momento. Após a discussão, o senhor Presidente colocou o Requerimento em votação, sendo aprovado por unanimidade. Na sequência, apresentou o cronograma de trabalho da Comissão, com Audiência Pública prevista para o dia vinte e três de setembro, sendo que o envio de manifestações de entidades e inscrições prévias para participação na Audiência devem ser feitas até o dia vinte e dois de setembro. Ainda, ficou prevista para o dia sete de outubro a apreciação do relatório preliminar e para catorze de outubro votação do relatório final; posto em votação, o cronograma foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o senhor Presidente apresentou Requerimento de sua autoria, que requer inclusão para discussão nesta Comissão Mista da IRESA para incorporação aos servidores de todo o grupo da Segurança Pública, isto é, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Instituto Geral de Perícias - IGP e Polícia Civil. Ato contínuo passou a palavra ao senhor Décio Augusto Vargas que tratou sobre as especificidades relacionadas ao Instituto Geral de Perícias, destacando que desde 2013, quando foram publicadas as Leis Complementares nº 609, 610, 611 e 614, se estabeleceu em Santa Catarina uma paridade remuneratória entre todas as carreiras da Segurança Pública, militares, civis e o próprio Instituto Geral de Perícias. Assim, é necessário avaliar neste momento, a Lei Complementar Federal nº 173/2020, que trata da vedação de concessão de reajustes a qualquer título em razão da contrapartida dos governos estaduais ao programa de auxílio aos estados relacionado à pandemia, de modo que a Procuradoria-Geral do Estado está estudando fortemente a matéria da IRESA para ver quais são os espaços existentes para fazer a incorporação, tendo em vista que, diferentemente das polícias militar e civil, o IGP não tem na legislação a garantia do acesso à indenização, e, no entanto, a equiparação foi obtida judicialmente, afirmou Décio. Assim, é necessário estudar uma saída para que a proposta em estudo na Comissão não configure reajuste salarial, sob pena de violação da vedação da Lei Complementar nº 173/2020. Com a palavra o senhor Presidente, reafirmou que esta Comissão tratará somente da IRESA e que outras pautas específicas devem ser tratadas em outros momentos. Em seguida, passou a palavra ao senhor Secretário de Estado da Administração, que salientou que a negociações salariais das quais participou nas últimas duas décadas foram pautadas na capacidade financeira e não é diferente com a Segurança Pública. Ato contínuo informou que foi iniciada uma discussão com as categorias para reestruturar esta remuneração em 2004, com a Lei Complementar nº 254/2003, e houve justamente o problema da promessa maior do que a capacidade financeira e que, com a construção feita em 2013, todas as categorias puderam ser

contempladas. Ainda, reforçou que na discussão iniciada no ano passado, sempre focada na Lei de Responsabilidade Fiscal, foi possível fechar um acordo que não foi executado, como já informado, em função da pandemia da COVID-19, e que a intenção do Executivo é regularizar, neste primeiro momento, as indenizações com atenção ao orçamento e à vedação da Lei Complementar nº 173/2020. Por fim destacou que, como o IGP tem uma característica diferente, se fosse tratado de forma igualitária, caracterizaria aumento da despesa e concomitante punição, por isso, há intenção de tratar a Segurança Pública como um todo, mas fazendo estes pequenos ajustes. Em seguida, o senhor Presidente consultou os membros da Comissão sobre a possibilidade de abrir a palavra aos convidados presentes, o que foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Maurício Eskudlark recordou do PLC/0030.2/2019, já aprovado no parlamento, que altera o art. 28 da Lei Complementar nº 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública - Polícia Civil, e estabelece outras providências, de autoria do Governador do Estado, que contou com uma emenda da Deputada Paulinha e que, ante a agonia dos Policiais Civis que enfrentam uma grande insegurança, informou que recebe diariamente notícias de aposentadorias sendo deferidas, mas sem a IRESA, o que não ocorre com as categorias militares, mas ocorre com a Polícia Civil, e, diante disto, questionou o senhor Secretário de Administração se há risco de alguma mudança na folha de pagamento deste mês e do próximo e, ainda, se há encaminhamento do Governo do Estado sobre a sanção da lei, mesmo que ela venha a ser revogada dependendo do que for definido a partir desta Comissão. Com a palavra o senhor Dacol informou que o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa está sendo avaliado pela Procuradoria-Geral do Estado, mas apresenta vício de origem, pois gera despesa, e qualquer aprovação por parte do Executivo pode acarretar uma responsabilização e, por isso, é de suma importância no processo desta Comissão atentar ao que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Complementar nº 173/2020. Ainda, destacou que o Estado não foi notificado de que a entidade dos policiais civis ingressou na justiça e que a folha de pagamento está sendo fechada sem sobressalto. Na sequência, o senhor Presidente passou a palavra à senhora Coronel Claudete Lehmkuhl, que lamentou que a construção feita junto à Secretaria de Estado da Administração e ao Governo do Estado em 2019 e início de 2020 não pode ser posta em execução, vez que teria resolvido uma série de incoerências que agora estão sendo enfrentadas. Ainda, reforçou a importância do trabalho da Comissão e a expectativa das categorias para que a Comissão consiga resolver de forma ágil o problema da IRESA e também, futuramente, por em prática o projeto que foi desenvolvido por todas as associações com tanta dedicação. Com a palavra o senhor Coronel Sérgio Luís Sell salientou que a situação da IRESA vem causando traumas para as classes da Segurança Pública há alguns anos, destacando que há diferenças nas carreiras da Polícia Civil, do IGP e dos militares estaduais, mas que esta situação já poderia ter sido resolvida há algum tempo, sendo necessário agora apresentar um bom produto para que esta Casa Legislativa e o Governo do Estado tenham a oportunidade de chegar a um consenso e atender aquilo que a Segurança pública necessita neste momento. Ainda, destacou que aqueles que estão estudando a fundo a situação da IRESA sabem que não se trata de reajuste ou reposição salarial, e sim de uma adequação da tabela financeira em relação ao subsídio. Ato contínuo agradeceu a forma saudável com que a negociação aconteceu até o início do ano, mas destacou a preocupação em relação à forma que o Governo do Estado vai fazer a tabela financeira, vez que acontece uma falta de informação sobre o contexto global de como pode ser este impacto e ter esta informação é essencial para saber até onde é possível ir. Por fim, informou que a ACORS fez um pequeno parecer jurídico referente à aplicação da Lei Complementar nº 173/2020 e de que forma ela poderia ser implementada na questão da incorporação, solicitou que a cópia do parecer fosse incorporada no processo da Comissão Mista e que, para a Audiência Pública, fossem convidadas e ouvidas todas as entidades da Segurança Pública. Com a palavra o senhor João Carlos Pawlik reforçou que desde o ano passado ocorreram reuniões para resolver o imbróglio deixado pelas administrações anteriores e que a APRASC não aceitou as propostas vindas do Governo do Estado, pois era a única das associações que iria ter perdas. No entendimento jurídico da APRASC a Lei Complementar nº 173/2020 deixa claro que cada estado teria suas peculiaridades e a questão da paridade, integralidade e simetria não parte da reserva para ativa e sim da ativa para a reserva, ressaltando que a entidade entrará juridicamente contra o Estado para resolver esta questão e lutar até o final, destacando que não fala só como presidente, mas a partir da deliberação por unanimidade de uma assembleia geral da categoria. Por fim, lamentou a maior perda de policiais por suicídio do que no combate ao crime em função da pressão sofrida, mas ressaltou que a entidade vai respeitar a decisão da maioria na Comissão e buscar na justiça seus direitos. Com a palavra o Deputado Sargento Lima destacou que a Comissão se coloca à disposição para abraçar um problema que deveria ter uma proposta de solução originada do Governo do Estado, ressaltando, assim, que a Comissão tem o objetivo de criar uma proposta ao Executivo, trabalhando com a situação da IRESA. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença dos Deputados Membros, convidados e demais presentes e encerrou a reunião da qual eu, Lívia Rodrigues Vicentin Espíndola, lavrei a presente ata, que será assinada pelo Presidente e posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2020.

Deputado Sargento Lima
Presidente da Comissão Mista

——— * * * ———

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1138, de 10 de novembro de 2020

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 013/2020.

Matr	Nome do Servidor	Função
1015	SERGIO MACHADO FAUST	Pregoeiro
0947	VALTER EUCLIDES DAMASCO	Pregoeiro substituto
1039	VICTOR INÁCIO KIST	Equipe de apoio
6339	ALLAN DE SOUZA	

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1142, de 12 de novembro de 2020.

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
707	ALBERTO MAGNO PALADINI	30	07/11/2020	1884/2020
7520	MICHELLI BURIGO COAN DA LUZ	60	21/11/2020	1885/2020

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1143, de 12 de novembro de 2020

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora BARBARA BIANCHINI VALI, matrícula nº 7525, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Atos e Registros Funcionais, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROCLER RECH, matrícula nº 2097, que se encontra em fruição licença-prêmio por quinze dias, a contar de 16 de novembro de 2020 (DRH - COORDENADORIA DE ATOS E REGISTROS FUNCIONAIS).

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1144, de 12 de novembro de 2020

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora ANDREIA REGINA FILGUEIRAS, matrícula nº 7179, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Controle de Frequência, código PL/FC-5, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, BARBARA BIANCHINI VALI, matrícula nº 7525, que se encontra em substituição do cargo de Coordenador de Atos e Registros Funcionais por quinze dias, a contar de 16 de novembro de 2020 (DRH – CARF – GERÊNCIA DE CONTROLE DE FREQUENCIA).

Maria Natel Scheffer Lorenz
Diretora-Geral

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1145, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência dos servidores abaixo relacionados, ocupantes de cargos de Secretário Parlamentar, código PL/GAB, que passam do gabinete do Deputado Cesar Valduga para o gabinete do Deputado Rodrigo Minotto, a contar de 16 de novembro de 2020.

Matrícula	Nome	Nível
7989	AILTON LAURINDO	PLGAB/68
8610	ALEX SANDRO PEREIRA BIANCHIN	PLGAB/60
9677	EDESIO FERNANDO LOCH	PLGAB/45
6642	ELIAS BRANGEL DE ALMEIDA	PLGAB/44
10664	FRANCISCO ROCHA DA COSTA	PLGAB/74
8709	GENESIO ANTONIO COLLE	PLGAB/39
10666	HENRICO DARTHANGNAN ANTONIO GIULIANI	PLGAB/35
8562	JERRI ADRIANI ELIAS	PLGAB/63
6545	JOAO MANOEL DE SOUZA NETO	PLGAB/85
9517	JORGE FOLIS	PLGAB/94
8297	JOSE ROBERTO DE LUCA CANTO	PLGAB/72
3614	LUIS MIGUEL VAZ VIEGAS	PLGAB/64
8376	MANOEL SERAFIM MATTOS	PLGAB/63
10665	MARIA APARECIDA DA SILVA RODRIGUES	PLGAB/45
8022	MARIA DOROTEIA MACANEIRO	PLGAB/34
10612	MONICA PASETO SPILLERE	PLGAB/77
4829	RAFAEL MEURER	PLGAB/49
8333	ROBERTO DE BOIT	PLGAB/72
8922	RODRIGO DE LUCA DIAS	PLGAB/88
10663	ROSANE DA SILVA	PLGAB/40
8882	TOMAZ MANOEL CARDOSO	PLGAB/44
10604	VILBIO PEREIRA	PLGAB/55

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1146, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR os vínculos de pertinência relativos à lotação dos servidores abaixo relacionados, que passam do gabinete do Deputado Cesar Valduga para o gabinete do Deputado Rodrigo Minotto, a contar de 16 de novembro de 2020.

Matrícula	Nome
3554	CARLA MARIA EVANGELISTA VIEIRA PEDROZO
8613	SELMA TEREZINHA ADAO

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos Interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1147, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

RETIFICAR o vínculo de pertinência da Função Gratificada, código PL/FG-4, para o qual foi designada a servidora SELMA TEREZINHA ADAO, matrícula nº 8613, do gabinete do Deputado Cesar Valduga para o gabinete do Deputado Rodrigo Minotto, a contar de 16 de novembro de 2020.

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1148, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor JOAO CARLOS DE MOURA, matrícula nº 8511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2020 (Liderança do PC do B).

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos Interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1149, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor MIGUEL RODRIGUES DA SILVA FILHO, matrícula nº 8793, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2020 (Liderança do PC do B).

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos Interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1150, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor VALMOR NATAL CORDEIRO DOS SANTOS, matrícula nº 3309, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2020 (Liderança do PC do B).

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos Interino

——— * * * ———

PORTARIA Nº 1151, de 13 de novembro de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora VANUSA BORSOI, matrícula nº 8057, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 16 de novembro de 2020 (Liderança do PC do B).

Luiz Eduardo de Souza
Diretor de Recursos Humanos Interino

——— * * * ———

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 0351.0/2020

Proíbe o consumo de cigarro e derivados do tabaco nos parques do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica proibido o consumo de cigarro e derivados do tabaco nos parques do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A divulgação desta Lei dar-se-á:

I - Por meio do site oficial do Estado de Santa Catarina;

II - Em locais de fácil acesso e visualização do público frequentador dos parques, através de placa ou qualquer outro instrumento legítimo.

Parágrafo único. O disposto no caput será assegurado por intervenção do Poder Executivo Estadual, através de regulamentação, dentro de suas atribuições.

Art. 3º Como penalidade pelo descumprimento da presente lei será imposta multa de cinco mil reais.

Parágrafo único. O valor da multa será dobrado em caso de reincidência, entendendo-se como reincidência o cometimento da mesma infração em período inferior a 2 (dois) anos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2020.

Jair Miotto
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 10/11/20

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei pretende garantir qualidade de vida e bons exemplos às crianças e proporcionar saúde aos adultos que frequentam nossos parques.

Aqueles que buscam vida mais saudável, - adultos, adolescentes, jovens e crianças - não devem ser obrigados a conviver com esse vício de outros, mesmo ao ar livre, que contém uma mistura de milhares de substâncias tóxicas. A fumaça do cigarro carrega monóxido de carbono (o gás do escapamento dos veículos movidos a combustível fóssil), butano (igual ao fluído de isqueiro); amônia (utilizada em produtos de limpeza); tolueno, arsênico, chumbo, cromo, cádmio e outras substâncias nocivas. O alcatrão, além de urânio, polônio 210 e carbono 14, concentra quarenta e três substâncias comprovadamente carcinogênicas, ou seja, que provocam o câncer, pois alteram o núcleo das células. A fumaça do cigarro contém toxinas que produzem irritação nos olhos, nariz e garganta e causam problemas pulmonares, ocasionando alergia respiratória em fumantes e não-fumantes.

Como a proibição deste projeto de lei não se estende a ruas e avenidas, quem deseja se intoxicar com o cigarro pode dirigir-se à rua ou avenida mais próxima - ou seja, o direito de fumar publicamente não está tolhido.

Esta Lei pretende que a fumaça proveniente do cigarro não alcance pessoas que buscam vida saudável, ao mesmo tempo em que protegemos nossas crianças, pois praticar esporte é uma opção benéfica, bem ao contrário de fumar que, além de danos de toda ordem, prejudica o próximo. Com ações destinadas ao enfrentamento dos malefícios causados pelo cigarro e derivados, levaremos mais qualidade de vida aos nossos cidadãos.

Desta forma, solicito, aos nobres pares que aprovem o Projeto de Lei, relevante questão de saúde pública.

Sala das Sessões, 09 de novembro de 2020.

Jair Miotto
Deputado Estadual

——— * * * ———

PROJETO DE LEI Nº 0352.0/2020

Altera o art. 2º da Lei nº 16.276, de 2013, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Urussanga", para permitir a utilização do imóvel doado por entidades que realizem eventos destinados a pessoas idosas.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 16.276, de 20 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

§ 1º Fica permitida a utilização do imóvel a que se refere esta Lei, uma vez por semana, no mínimo, para a realização de atividades e eventos destinados a pessoas idosas, de comprovado interesse público.

§ 2º No intuito de propiciar a integração das pessoas idosas do Município de Urussanga, fica assentida, ao menos duas vezes por mês, a participação de idosos de outros municípios, nos eventos e atividades referidos no § 1º. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

Lido no Expediente
Sessão de 11/11/20

JUSTIFICAÇÃO

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), o número de pessoas com mais de 60 anos deve dobrar até 2042. Nesse contexto, com uma população idosa cada vez mais numerosa, impõe-se pensar em interações que busquem melhorar a qualidade de vida desse público.

Sabemos que o envelhecimento saudável exige a adoção de um estilo de vida que inclua alimentação equilibrada, atividade física e mental e, ainda, o convívio social.

No entanto, com o passar dos anos, muitos idosos tendem a diminuir seu nível de interação social, pelos mais diferentes motivos. Assim, o contato com outros indivíduos da mesma faixa etária é importante para que existam trocas e compartilhamento de vivências com aqueles que estão passando pela mesma fase de vida.

Nesse sentido, a prática demonstra que idosos que participam de atividades em grupo com pessoas da mesma faixa etária estão mais propensos a desenvolver melhor qualidade de vida, além de ter mais saúde e disposição para a formação de vínculos sociais, do que aqueles que não dispõem desse tipo de integração.

Dessa forma, atividades em grupo podem trazer benefícios para qualquer pessoa, especialmente para as idosas, ou seja, as atividades, brincadeiras e dinâmicas em grupo são alternativas para manter sãos a mente e o corpo, seja para construir novos laços de amizade e melhorar a capacidade de interação ou para aprimorar alguma habilidade.

A presente proposta visa aprimorar a finalidade do imóvel doado ao Município de Urussanga, ampliando-a e direcionando-a para atividades voltadas a pessoas idosas, possibilitando, assim, uma melhor utilização das edificações do imóvel.

No que se refere à constitucionalidade, cabe destacar que o imóvel já foi doado à municipalidade em 2013, sendo que a alteração ora pretendida trata apenas de expressamente permitir do uso da área edificada em atividades voltadas a pessoas idosas, propiciando-lhes tanto atividades físicas e mentais quanto o convívio social necessário para que tenham melhor qualidade de vida, não havendo óbice à presente iniciativa.

Diante de todo o exposto, haja vista a relevância e o interesse social que a proposta busca resguardar, conto com meus Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Deputado João Amin

——— * * * ———

TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO

TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO REPRESENTAÇÃO 0001.5/2020

TRIBUNAL ESPECIAL DE JULGAMENTO
GABINTE DA PRESIDÊNCIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA N.7/2020

REPRESENTAÇÃO N. 0001.5/2020
Representado: Carlos Moisés da Silva
Advogado: Marcos FeyProbst (OAB/SC 20.781)
Representante: Ralf Guimarães Zimmer Junior
Advogados: Leandro Ribeiro Maciel (OAB/SC 017.849) e Péricles Luiz Medeiros Prade (OAB/SP 36.853 e OAB/SC 6.840-A)

Representação 001.5/2020

1. A Defesa de Carlos Moisés da Silva renova o pedido de requerimento de determinadas peças do Inquérito 1.427/DF, particularmente do "Relatório de Análise de Evidências" elaborado a partir de conversas entre o então Secretário de Estado da Saúde e o Denunciado, e do relatório de conclusão da investigação elaborado pela Polícia Federal.

O Denunciado reforça a imprescindibilidade da prova considerando as circunstâncias e a influência que exerceria em relação a determinados fatos que compõe a representação. E, tendo em conta a natureza do inquérito, requer que aqueles elementos de convicção sejamcompartilhados sem o levantamento do sigilo.

2. Antes do recebimento desta petição um dos membros o Tribunal Especial de Julgamento formulou pedido mais amplo – pretendendo o acesso ao inquérito em toda sua extensão – para adiante, em petição alternativa, onde pediu apenas diligência para liberação do relatório da investigação (o mesmo que a Defesa volta a postular).

Ao requerimento dei solução intermediária, que me parece a possível tendo em vista não só o fato de que o inquérito está a cargo de outra autoridade judiciária, mas também pelo sigilo que até aqui acoberta a investigação. E ainda ontem foi oficiado a Sua Excelência, o Ministro Relator, para que, a seu juízo, eventualmente autorize o compartilhamento do que consta do inquérito.

A exemplo do que mencionei em relação ao pedido anterior do Denunciado, não há como requerer uma ou outra peça especificamente dada a condição de sigilo da investigação. Apenas a autoridade que preside o inquérito poderá fazê-lo, e para tanto, é bom lembrar, a própria Defesa afirmou ter postulado o acesso aos autos.

No mais, solicitei o compartilhamento mais generoso dos elementos que lá constam, tanto para não descontextualizar as peças requeridas tanto porque, dada a natureza do processo de impeachment e sua publicidade, solicitar o compartilhamento e pretender o sigilo revela em si contradição nos termos.

Isso posto, e considerando que a pretensão poderá ser atendida considerando a decisão anterior, indefiro o pedido.

Florianópolis, 13 de novembro de 2020.

DESEMBARGADOR RICARDO ROESLER
PRESIDENTE

——— * * * ———